

Economia

Em entrevista ao New York Times, o presidente Fernando Collor disse que a atual situação do País é como a de uma empresa que está sendo recuperada por uma nova diretoria.

Collor aos credores: confiem no Brasil.

PAULO SOTERO, DE WASHINGTON.

O presidente Fernando Collor afirmou, numa entrevista ao New York Times, que os bancos credores deveriam tratar o Brasil como uma empresa que quebrou, trocou de administração e já começou a trabalhar para recuperar a confiança de seus parceiros na comunidade internacional. Eles devem ver o País como Brasil Inc., uma companhia que quebrou. A reunião dos acionistas afastou a velha diretoria por incompetência", disse o presidente, referindo-se às eleições presidenciais do ano passado.

"Em 120 dias, a nova diretoria tomou uma série de medidas para reerguer o negócio Brasil Inc. Os bancos credores não podem olhar a direção desse novo negócio com os mesmos olhos do passado — nós queremos ser bons parceiros, merecedores de crédito", disse Collor ao correspondente do N.Y. Times no Rio de Janeiro, James Brooke.

Na entrevista, que coincidiu com o início das negociações na frente financeira externa (o secretário especial para assuntos econômicos, Antonio Kandir, é esperado nesta quinta-feira em Washington para iniciar entendimentos com o Fundo Monetário Internacional), o presidente elogiou como "muito importante" a iniciativa que o presidente George Bush anunciou recentemente para a América Latina.

A imagem usada pelo presidente em seu recado aos bancos lembra a tese que o economista Jeffrey Sachs defendeu em inúmeros seminários e depoimentos no Congresso sobre a dívida, entre 1987 e 1989. "Os governos dos países industrializados e os bancos credores deveriam tratar os países endividados da mesma forma como tratam as empresas que pedem concordata sob o capítulo 11 da lei de falências dos EUA", costumava dizer Sachs, que nunca contou com o simpatia dos bancos e hoje dedica-se exclusivamente à Polônia e às economias do Leste europeu.

Confrontação

As declarações do presidente não suscitaram maiores repercussões entre executivos de grandes bancos credores, em Nova York. Sintomaticamente, a frase da reportagem que despertou maior interesse foi uma declaração, na quinta-feira passada, atribuída à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, prevendo que as negociações "serão muito duras". "Há duas pistolas carregadas, uma apontada para a outra", disse Zélia.

A declaração foi tomada em alguns bancos credores norte-americanos como sinal de uma disposição à confrontação. Em outros, preferiu-se descontá-la como um lance normal do jogo de cena.

Nos EUA, onde os bancos estão avaliando as consequências da perda de 20% que os reguladores de Washington impuseram sobre seus empréstimos de médio e longo prazos ao Brasil (um prejuízo de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,6, dependendo de quem faz o cálculo), executivos financeiros disseram que a resposta a Collor se materializará nos próximos 30 a 60 dias no que acontecer com as linhas de crédito comercial de curto prazo. "Se as linhas forem mantidas em níveis razoáveis (cerca de US\$ 7 bilhões), os bancos que ficarem estarão dizendo, na prática, que aceitam o convite de Collor, seja por opção, seja por falta de alternativa", afirmou uma fonte de um grande banco de Nova York. "Nesse caso, o governo poderá fazer mais ou menos o que quiser, que os bancos engolirão."

Na conversa que tiveram com Collor, na semana passada, o presidente do Citibank, John Reed, e seu principal assistente para questão da dívida, William R. Rhodes, disseram ao presidente que se o País esperar até o fim do ano para iniciar negociações com os bancos, os juros em atraso chegarão à casa dos US\$ 10 bilhões e isso, mais o efeito da reclassificação, poderá levar credores norte-americanos e outros a não renovar as linhas de curto prazo.



Thatcher recebe Zélia na residência oficial

Os conselhos de Margaret Thatcher à ministra Zélia

Entusiasmada com os elogios e com as palavras de incentivo que ouviu da primeira-ministra Margaret Thatcher, que a recebeu ontem à tarde, para uma conversa de meia hora em Downing Street, 10, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, deixou Londres, à noite e seguiu para Colônia, na Alemanha Ocidental, segunda escala da viagem que está fazendo para informar aos principais credores e parceiros comerciais europeus do Brasil como vai a Plano Collor e porque deveriam investir no País.

Thatcher, disse Zélia no final da audiência, considera os resultados alcançados até agora pelo programa de estabilização da economia brasileira "excepcionais". Não ofereceu sugestões, mas deu conselhos à ministra: que ela não retroceda, não ceda às pressões das greves e movimentos salariais, e leve adiante tudo o que foi planejado.

O conhecimento de Margaret Thatcher sobre a situação no Brasil e as perguntas específicas que fez sobre uma e outra medida surpreenderam a ministra da Economia. Zélia saiu do encontro con-

fiante que, diante do que ouviu da "dama de ferro", e também do ministro do Tesouro, John Major, o Brasil encontrará uma Grã-Bretanha bem mais compreensiva quando for discutir a questão da dívida externa e procurar um acordo com o Fundo Monetário Internacional e com o Clube de Paris.

O dia da ministra começou com uma caminhada pelo Hyde Park, na companhia da embaixatriz Lúcia Martins Flexa de Lima. Apesar de ter ido deitar-se já de madrugada, depois de uma reunião não prevista com os assessores, Zélia acordou às sete e às 9h30 estava no gabinete do vice-primeiro-ministro e líder da Câmara dos Comuns, Sir Geoffrey Howe, na avenida Whitehall. O encontro com o ex-chanceler foi rápido, e, deste modo, ela pôde ir mais cedo falar para os 94 empresários e banqueiros que participavam do seminário "Brasil — um novo mercado para os exportadores", promovido pela Câmara Brasileira do Comércio na Grã-Bretanha e pela Câmara Londrina de Comércio e Indústria. José Carlos Santana